



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

066

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0151816-9

COMARCA

: Rio Formoso – Vara Única

APELANTE

: Wanderson da Silva Costa

APELADO

: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA

: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR

: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. EMPREGO DE ARMA IMPRÓPRIA E CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. ACUSADO RECONHECIDO PELA VÍTIMA. RECONHECIMENTO QUE GUARDA HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA ATENUANTE DE MENORIDADE. POSSIBILIDADE.

I – Não merece reforma e conseqüente absolvição do réu, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – Para a aplicação da majorante do uso de arma no crime de roubo, é prescindível a apreensão do atterfato, quando nos autos existem elementos idôneos de sua efetiva utilização.

III – O acusado faz jus à aplicação da atenuante de menoridade, em virtude de comprovação contundente nos autos de que, na época do crime, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade.

V – Recurso a que se dá parcial provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0151816-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

067

do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**,
em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e votos
anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

068

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0151816-9

COMARCA	: Rio Formoso - Vara Única
APELANTE	: Wanderson da Silva Costa
APELADO	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA	: Des ^a . Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

RELATÓRIO

Wanderson da Silva Costa, conhecido por "Juruna", foi denunciado (fls. 02/03) pela prática prevista no art. 157, § 2º, I e II¹, do Código Penal, contra a vítima **Maria Deuzina Andrade Pereira**.

Consta da peça acusatória que no dia 20.04.2002, por volta das 15:00 horas, nas imediações da Inab, em Tamandaré, voltando do Oitizeiro, local onde teria ido para fazer cobranças de cosméticos, a vítima foi surpreendida pelo denunciado que, em concurso com um adolescente denominado Ueliton da Silva Bispo, subtraiu-lhe a quantia de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) e um par de sapatos masculinos, fazendo uso de faca, provocando arranhões no braço da vítima.

O Representante do Parquet ofereceu representação (fls. 88/89) contra o menor **Ueliton José Bispo da Silva**, requerendo a aplicação de medida sócio-educativa mais adequada, o que foi acatado pelo magistrado, ao proferir sentença (fls.90/94) aplicando a medida de internação, prevista no art. 112, inciso VI, da Lei 8.069/90.

Concluída a instrução criminal, o acusado **Wanderson da Silva Costa, vulgo "Juruna",** foi condenado nos termos da denúncia, aplicando-se-lhe a pena de 07 (sete) anos de reclusão e 42 (quarenta e dois) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto, sendo-lhe denegado o benefício de apelar em liberdade.

I Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 069
Terceira Câmara Criminal

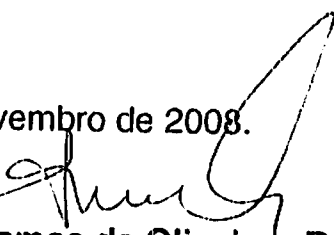
Inconformado, o acusado apelou da referida decisão (fls.118/123), oferecendo razões recursais às fls. 132/139, alegando que não foi produzida prova suficiente da autoria do delito, não tendo a vítima em momento algum apontado o réu como o autor do roubo, requerendo a reforma da sentença para rejeitar a prova emprestada acolhida e julgar improcedente a denúncia, ou, alternativamente, a redução da pena aplicada, diante da presença da atenuante genérica prevista no artigo 65, I, do Código Penal.

O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 153/157), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença hostilizada, ressaltando-se apenas o acolhimento do pedido de aplicação da atenuante contida no inciso I, do artigo 65, da Cartula Penal, o que foi corroborado pela douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Yélena de Fátima Monteiro Araújo, em seu parecer de fls. 165/168, opinando pelo provimento parcial do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 26 de novembro de 2008.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

070

14

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0151816-9

COMARCA : Rio Formoso - Vara Única
APELANTE : Wanderson da Silva Costa
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgílio

VOTO

Insurge-se, o acusado, contra decisão prolatada pelo juiz singular, alegando ausência de provas da autoria do fato delituoso, pela impossibilidade de sua identificação como autor do delito por parte da vítima, além de o produto do roubo não ter sido encontrado.

Não merece prosperar as razões expostas pelo apelante, senão vejamos.

A materialidade evidencia-se comprovada pelo acervo probatório nos autos, diante das declarações prestadas pela vítima e sua testemunha na fase policial, ratificadas em colheita de seus depoimentos na instrução criminal, além de afirmação do próprio acusado que se disse ciente da ocorrência do crime, quando do seu interrogatório, não sendo suficiente a alegação de não recuperação da "res furtiva" para afastar a existência do crime.

Nesse sentido entende o Superior Tribunal de Justiça:

"É entendimento pacificado nesta Corte de que é dispensável a apreensão da arma de fogo para a caracterização da causa especial de aumento de pena, prevista no §2º, I, do artigo 157 do CP, quando existentes outros meios aptos a comprovar a sua efetiva utilização no crime, o que ocorreu in caso com o depoimento da vítima" (RT 821/534).

No pertinente à autoria e ao *modus operandi*, a vítima descreve, na fase inquisitorial, com detalhes precisos, a atividade criminosa praticada pelo acusado em concurso com menor de idade, reportando-se a dois indivíduos armados com faca peixeira, devidamente por ela reconhecidos, consoante auto de reconhecimento (fls. 13), um de cor clara e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

071

outro de cor morena, especificando a conduta de cada um deles, inclusive as agressões que sofrera causadas pelo acusado, confirmadas pelo laudo traumatológico (fl. 07), em consonância com as declarações prestadas pela testemunha Maria das Graças da Silva perante a autoridade policial, e da testemunha Erivaldo de Arruda Guerra, delegado de polícia, perante a autoridade judicial, como pode-se perceber pelos trechos a seguir:

Relata a vítima, às fls. 09, que:

"(...)após o Oitizeiro foi até a Inab, e após ter recebido tal quantia, já por volta das 15:00 horas, no retorno a sua residência, foi surpreendida por uma rapaz numa encruzilhada, suas características são: branco, meio alourado, baixo, com o qual fez o reconhecimento nesta Depol. De repente um outro rapaz moreno sai debaixo de um cajueiro e ambos derrubaram sua bicicleta e lhe arrastaram para debaixo do pé de cajueiro, dando-lhe um tapa e perguntaram se a mesma possuía no momento algum dinheiro, o que a fez negar. De repente o rapaz moreno puxou a faca e lhe arranhou de faca próximo ao busto, não tendo outra alternativa senão entregar o dinheiro(...). Disse ainda que o moreno lhe deu um chute no pé da barriga e depois foram embora levando a quantia de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) e um par de sapato masculino que a mesma iria entregar a um cliente. Diz que já conhecia o rapaz moreno e que o mesmo se chama "juruna", muito conhecido aqui em Tamandaré (...). Diz que efetuou o devido reconhecimento nesta delegacia, ficando muito nervosa com a situação quando efetuou o reconhecimento. Diz que está com medo de andar na cidade por conta de sofrer represálias, pois o mesmo (o juruna) disse que lhe matava e sabe onde a mesma reside.

A testemunha Maria das Graças da Silva afirma, à fl. 10, que:

"(...)soube através da vítima do assalto sofrido e que lhe roubaram a quantia de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)(...). Diz ainda que soube através da vítima que a mesma fora surpreendida por dois elementos armados de faca peixeira e que os mesmos a ameaçaram com a faca peixeira, causando-lhe lesões leves e ainda dizendo que a mataria se não entregasse o dinheiro. Diz que já ouviu falar no tal de juruna,

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

072

responsável pelo crime, só não ouviu falar no outro. Ouviu falar também que o tal juruna pratica furtos nas casas de veraneio neste município.

Em seu depoimento, o delegado Erivaldo de Arruda Guerra afirma em juízo, às fls. 60/61:

"(...) que o depoente, imediatamente, determinou que os agentes sob o seu comando saíssem em diligências a fim de tentar prender em flagrante os acusados; que ditos agentes civis conseguiram localizar o acusado Wanderson e um menor de idade que o acompanhava; que um dos objetos subtraídos da vítima foi localizado com a pessoa do acusado; que não se recorda, como disse anteriormente, qual foi esse objeto; que quer esclarecer que não se recorda que a prisão dos acusados foi em decorrência de flagrante ou de preventiva, mas pode informar que, tanto o acusado como o seu comparsa, foram capturados e levados até a Depol (...). Que a vítima, porém, disse para o depoente que o acusado Wanderson foi quem teria lesionado a sua pessoa utilizando-se de uma faca; que tem certeza que o dinheiro subtraído da vítima não foi recuperado (...). Que a vítima reconheceu tanto o acusado Wanderson, como o seu comparsa de menor idade, quando estes foram encaminhados até a Depol; que o acusado Wanderson já era bastante conhecido na Depol como praticante de assaltos na cidade, inclusive quando ele era menor de idade.

A prova colacionada aos autos confirma as declarações da vítima prestadas na delegacia, acrescentando-se o fato de que as afirmações de suas testemunhas, perante a autoridade judicial, não fazem referência à impossibilidade de identificação do acusado pela vítima, o que sugere que a retratação em juízo se deu pelo temor de represália incutido na vítima, justificado pela má conduta social do acusado.

Aliás, nesse sentido, trago à colação decisão deste Sodalício, no julgamento da Apelação criminal nº 101560-7, Terceira Câmara Criminal, Relator Des^a. Helena Caúla Reis, publicada no DJ de 08.04.2004, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 073
Terceira Câmara Criminal

"(...) RETRATAÇÃO EM JUÍZO DA CONFISSÃO POLICIAL. NECESSIDADE DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE SUPOREM A ALEGAÇÃO. (...) II- A simples retratação judicial, desacompanhada de outros elementos de convicção, não basta à rejeição da confissão policial. (...)".

Não merece prosperar a afirmação do acusado, em juízo, de que "as pessoas que cometeram o crime estavam encapuzadas" (fls. 24), haja vista ter alegado que se encontrava em outro lugar no dia da ocorrência do delito, acrescentando-se o fato de que o crime ocorreu em local ermo, dificultando a presença de testemunha ocular.

Neste contexto, restou demonstrado o cometimento pelo acusado de crime previsto no artigo 157, §2º, I e II, do Código Penal, mediante o emprego de faca, com potencial vulnerante, apto a colocar a integridade da vítima em maior risco.

Acrescente-se que a doutrina e a jurisprudência são uníssonas em afirmar que a causa de aumento de pena é cabível ainda que um dos agentes envolvidos no delito seja menor de idade.

Vale ressaltar que não foi ouvida a testemunha de defesa arrolada, tendo em vista a desistência do réu, consoante termo negativo de fls. 75.

O conjunto probatório existente nos autos imputa ao apelante Wanderson da Silva Costa, conhecido como "juruna", sem sombra de dúvida, a autoria do crime descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição.

No que concerne ao pedido de reconhecimento da atenuante da menoridade, preconizada no artigo 65, I, do CP, verifica-se que o apelante faz jus à sua aplicação, diante da comprovação de sua idade pela certidão de nascimento de fl. 140, atestando ser ele menor de 21 (vinte e um) anos à época do fato, vez que nasceu em 28/11/1983, tendo o delito ocorrido em 20/04/2002, fato esse que não foi reconhecido pelo juiz sentenciante, merecendo a devida correção.

Deste modo, ante a comprovada menoridade do apelante, faz ele jus à aplicação da minorante prevista no art. 65, I, do Código Penal, motivo pelo qual a pena anteriormente imposta, de 07 (sete) anos de



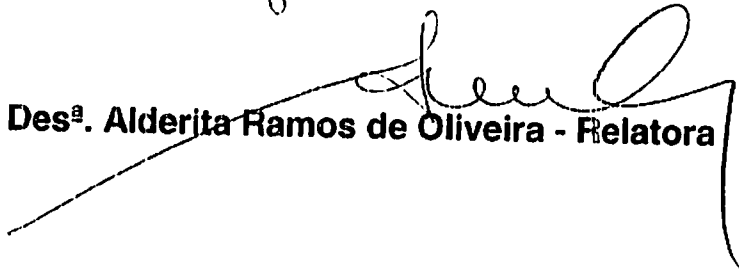
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 074
Terceira Câmara Criminal

reclusão, deve ser reduzida em 6 (seis) meses, tornando-a definitiva em 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 42 (quarenta e dois) dias-multa.

O recorrente deverá cumprir a pena no regime semi-aberto, nos termos do art. 33, § 2º, b², do Código Penal, conforme determinado na decisão recorrida (fls. 122).

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **dou parcial provimento ao recurso**, para reduzir a pena em face da minorante da menoridade.

Recife, 18 de dezembro de 2009


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

² **Reclusão e detenção**

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (...)

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (...)

b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto; (...)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

PROCESSO Nº: 0151816-9
COMARCA: RIO FORMOSO – VARA ÚNICA
APELANTE: WANDERSON DA SILVA COSTA
ADVOGADO: LÍGIA NUNES DE SÁ
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORA: DRA. YELENA DE FÁTIMA MONTEIRO
RELATORA: DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA

VOTO REVISOR

Voto para DAR PROVIMENTO PARCIAL ao apelo, concordando com os fundamentos apresentados pela Relatora, em todos os seus termos.

Recife, 18 de 12 de 2009.


DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR